



A Moral e a Ética nas Relações de Poder

Carlos Alberto Tolovi¹; João Batista de Albuquerque Figueiredo²

Resumo: A maior crise enfrentada pela humanidade nos tempos atuais pode ser identificada como ligada a dimensão de valores. E quando falamos em valoração, do ponto de vista axiológico, nos remetemos automaticamente ao campo onde estão inseridas a ética e a moral. E se este está ligado diretamente a uma aceitação coletiva, que define a visão de mundo de um determinado grupo social, ele está também conectado às relações de poder. Mesmo porque, em todos os processos de colonização, que se transformam em colonialidade, quem possui o poder de normatizar é também quem normaliza as hierarquias, determinando o que deve ser obedecido. Porém, enquanto a moral serve para normatizar e justificar as relações de poder, a ética pode servir como elemento de reflexão que, na busca de fundamentação, pode questionar esta estrutura, despertando a consciência crítica. E nosso objetivo neste ensaio consiste em explicitar as diferenças entre ética e moral tomando como referência as relações de poder.

Palavras-chave: Moral; Ética; Relações de Poder.

Morals and Ethics in Power Relationships

Abstract: The greatest crisis faced by humanity today can be identified as linked to the dimension of values. And when we talk about valuation, from an axiological point of view, we automatically refer to the field where ethics and morals are inserted. And if this is directly linked to a collective acceptance, which defines the worldview of a given social group, it is also connected to power relations. Even because, in all colonization processes, which turn into coloniality, those who have the power to regulate are also those who normalize hierarchies, determining what must be obeyed. However, while morality serves to standardize and justify power relations, ethics can serve as an element of reflection that, in the search for a foundation, can question this structure, awakening critical awareness. And our objective in this essay is to explain the differences between ethics and morals using power relations as a reference.

Keywords: Moral; Ethic; Power relations.

¹ Graduação em Filosofia pela Universidade São Francisco - USF (1991), graduação em Teologia pelo Instituto Teológico São Paulo - ITESP (1995) e mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (1998). Doutor em Ciências da Religião pela PUC - SP (2016). É professor de Filosofia na Universidade Regional do Cariri - URCA – CE. ctolovi@yahoo.com.br;

² Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (2003). Pós Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Pós Doutorado em Educação sobre Dialogicidade Freireana (PNPD - Capes - 2018). Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal do Ceará e professor permanente do PPGE da Universidade Federal do Ceará.

Introdução

Atualmente vivemos uma crise global que pode ser definida a partir de diversas perspectivas. O sistema capitalista vigente, colocando como primazia a dimensão da economia e assumindo uma característica imperialista e globalizante, fez emergir novos desafios que precisam ser encarados no campo da filosofia e debatidos nas instituições educativas. A crise que estamos vivenciando no “universo” do capitalismo neoliberal coloca hoje a humanidade em risco eminente, não somente por conta das poderosíssimas armas de destruição em massa, mas principalmente pela falta de ética que consiste, particularmente nesse contexto atual, em interações baseadas no desrespeito e na violência.

Em um mundo ideologicamente construído, que coloca o capital financeiro e o consumo como sinônimos de felicidade, que estimula o individualismo competitivo e o subjetivismo egoísta como parte da natureza humana, ignorando a solidariedade e a responsabilidade para com a vida e a dignidade d@ outr@, a ética tornou-se uma necessidade urgente.

Por outro lado, podemos perceber também uma outra questão emergente, inseparável do debate sobre a ética: a reflexão sobre a dimensão moral. Afinal, é possível perceber no mundo inteiro o crescimento de grupos radicais que aceitam a violência como um caminho necessário para a ordem política, social e econômica e que se utilizam de discursos morais para fundamentar seus posicionamentos fascistas, sectaristas e preconceituosos.

O que nos desafia a pensar e definir melhor as diferenças entre ética e moral e as consequências destas nas relações de poder.

Se estes dois conceitos nasceram imbricados na dimensão de sociabilidade, voltados para a para a realização humana – dever ser, para a felicidade humana, ligados diretamente à política, atualmente precisamos compreendê-los a partir de suas funções e das consequências que produzem na sociedade.

Em nosso tempo, o lugar que ocupa a subjetividade e os direitos individuais, suprimindo a corresponsabilidade social, define a dimensão da sociabilidade em todos os campos, principalmente os da política e da religião. É neste contexto que as ideologias dominantes encontram, com facilidade, o campo da aceitação coletiva, construindo narrativas mitológicas que justificam a rivalidade, a competição, a destruição do inimigo, eliminando qualquer “problema de consciência” para os que agem desta forma.

Salientamos que a tessitura da modernidade se instaura desde incontáveis tempos progressos, quando a humanidade deixa a condição de caçadores/coletores e se assumem como

pastores. Abandonam o acolhimento das relações ecológicas naturais de interatividade solidária com a natureza e se assumem como donos do mundo. Nessa conjuntura se cria a verdadeira luta em defesa da propriedade, as guerras ecofraticidas e a separação e disputa como eixo de feitura da ascensão individualista, de um contra todos.

Se, por um lado, esta é uma triste e complexa realidade, por outro sabemos também que não é possível pensar em um projeto global e humanitário para os seres humanos sem levarmos em conta a dimensão de corresponsabilidade que se fundamenta em valores, transformados em princípios com pretensão de universalidade. Portanto, um dos maiores desafios que estamos vivendo não está apenas na falta de uma adesão coletiva à um modelo alternativo de sociedade, mas na dimensão de alteridade, ou mesmo mais radicalmente, da supra-alteridade (FIGUEIREDO, 2007). Mais um motivo para discutirmos e definirmos melhor as diferenças entre ética e moral. Mesmo porque, atualmente em nosso país, estas duas dimensões não representam apenas dois conceitos diferentes, elas estão nas bases de ideologias em evidente conflito.

A moral e a ética nas bases da cultura ocidental colonializante

Se por um lado a narrativa mítica antecede a racionalidade filosófica e entra em “colisão” com a mesma, por outro, a filosofia nunca eliminou essa relação conflituosa. Até os dias de hoje esse conflito mostra-se latente e determinante nas mais variadas formas de sociabilidade. Mística e ética nos parecem se associar para constituir o que somos. Se entrecruzam e criam novos caminhos para nosso destino de ser mais.

Mas como ele esse dilema ser definido em sua origem? Num exercício de resposta, entendemos que o modo de sociabilidade organizada a partir do mito ocorre por meio de uma aceitação coletiva, estimulada e norteadada pela fé na narrativa, rica e preta de sentidos e significados oferecidos pelos afetos, desejos, aspirações movidas pela emoção e pelo sentimento. Sendo assim, todas os valores definidos e padronizados como coletivos não exigiam explicação, fundamentação ou reflexão cognitiva; apenas adesão. Por outro lado, a reflexão filosófica perguntando pelo fundamento e pela coerência da ação coletiva a partir dos mesmos valores, entrava no inevitável e histórico conflito entre a razão e a fé.

Aqui se encontram as bases da conflituosa relação entre a moral e a ética em nossa cultura ocidental. Pois, se por um lado a antiga Pólis grega poderia ser identificada como fruto da ação humano-racional, afirmando a autonomia dos seres humanos diante dos deuses míticos

que buscavam prendê-los na famosa concepção do destino. Por outro, mesmo dentro desta racionalidade, a fé se fazia presente, justificando, inclusive, grandes sacrifícios, como a condenação e a morte de Sócrates¹. A sociedade grega apenas mudara a relação com os deuses, ampliando o seu espaço de atuação autônoma. Porém, continuava pagando tributo aos mesmos. A busca por explicação dos fenômenos naturais, antes atribuídos aos deuses, não eliminava o fundamentalismo religioso, ainda presente e influente nas relações sociais da época.

Portanto, a racionalidade filosófica, que poderia servir de libertação para a humanidade, passa a ser cooptada por narrativas históricas de dominação, transformando o campo da epistemologia, em axiologia. Isto é, não se limitou como desvelamento da realidade na busca do conhecimento, passando a ser utilizada como argumento no campo dos valores que justificam processos de dominação.

É neste contexto que podemos compreender a influência de diversos sistemas filosóficos que nasceram e que permanecem com suas bases presentes até os dias de hoje. A começar por Parmênides.

A tradição parmenidiana lança as bases para a ontologia. Como afirma Cirne Lima: “Parmênides diz que a realidade realmente real é apenas o ser imóvel, o que é puro repouso, sem nenhum movimento. [...] Movimento é sempre passagem do não-ser para o ser, ou seja, o parecer”. (1997: p.17-18). Neste contexto ele afirmará que somente o ‘ser’, em se fazendo, pode ser conhecido e afirmado.

A “filosofia” colonialista/colonializante (QUIJANO,2005) se apropriou deste conceito, distorcendo e limitando a sua interpretação. Afirmando o ser como imutável e negando o não-ser, esta corrente lança as bases para a auto-afirmação do colonizador/colonializador (FIGUEIREDO, 2009 a; 2009b) como sujeito absoluto.

A grande questão que colocamos neste paralelo, a partir de um imenso “salto cronológico”, sinaliza um elemento fundamental: a forma com que as teorias filosóficas foram utilizadas para justificar decisões históricas e determinantes no campo das relações de poder.

No processo eurocêntrico, os nativos das terras “descobertas”, os negros comprados como escravos e objetivados, todos poderiam ser torturados, expropriados de suas terras, de sua cultura, de suas tribos etc.. Afinal, não eram reconhecidos como seres em sua dignidade. Portanto, o não-ser, que, segundo Parmênides, não pode ser conhecido, pode ser negado. Sendo

¹ Em seu julgamento Sócrates foi acusado de não reconhecer os deuses do Estado, introduzir novas divindades e corromper a juventude. Ele ameaçava três dimensões que garantiam a manutenção da ordem na cultura hegemônica da época.

assim, “A negação da outra parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar como universal” (SANTOS, 2009: p.31).

Por outro lado, na perspectiva heraclitiana, entendendo a realidade como fluxo permanente de constante mudanças, da guerra dos contrários gerando a harmonia, encontramos as bases da dialética. Para ele (Heráclito), “a realidade realmente real não é a esfera imóvel e imutável, sem limites, dos Eleatas, mas sim, o movimento que, sem jamais cessar, sempre de novo começa” (CIRNE-LIMA, 1997: p.19). Defendendo a guerra dos contrários como a condição para a harmonia, Heráclito abre uma nova perspectiva de reflexão filosófica sobre a realidade.

Fazendo novamente um paralelo entre os grandes sistemas filosóficos e as justificativas teóricas para a colonização, podemos afirmar que @s habitantes das terras “descobertas” não foram reconhecidos como outros. Foram negados enquanto seres com dignidade. Sua cultura, sua religião, sua organização social não representavam contraposição, gerando latência de onde poderia emergir o diálogo. No caso do colonizador, a negação de outros gerava apenas a autoafirmação de si mesmo.

Mas foi com Platão e Aristóteles que se constituíram as grandes referências para que a cultura ocidental lançasse as bases epistemológicas e axiológicas que influenciaram as gerações posteriores do ponto de vista da dimensão de valores.

Platão assumiu como desafio a busca do conhecimento da realidade realmente real. Para além das narrativas míticas. E se utilizou da figura de Sócrates e de alegorias – como a da caverna –, para colocar a racionalidade como única via para a liberdade humana. E apesar de assumir a dialética que nasce a partir das reflexões de Heráclito, ele assume também a filosofia de Parmênides para elaborar seu sistema epistemológico.

Para Platão, “O todo e o homem são um: o todo precisa do homem, pois é através do homem que ele se revela, se manifesta; por outro lado, o homem só é através do todo (o cosmos), apesar de ele, normalmente, esquecer-se disto” (OLIVEIRA, 1993: p.31). É neste sentido que o autor vai defender a pólis como o “lugar” de organização humana, na perspectiva de uma ordem cosmológica, como totalidade na qual o cidadão encontra a sua identidade, o seu ethos e a sua felicidade.

Neste contexto, um dos nossos grandes desafios consiste em esclarecer a íntima relação entre cidadania e ética. Porém, faz-se necessário ampliar o conceito de “cidade”. Para os gregos esta não se refere apenas a um território geográfico. Consiste em um espaço social, econômico, político, cultural e profundamente simbólico. Afinal, é o lugar do pertencimento e da

identidade. Contudo, o mais importante é a compreensão de que “cidade” é um espaço público. Um lugar que não pertence a ninguém e que é, ao mesmo tempo, responsabilidade de tod@s.

Porém, novamente, o “tod@s” aqui deixa de fora, as mulheres, os estrangeiros, os escravos etc.. Mas além disso, aquele@s que fazem parte do campo da política estão inserid@s diretamente nas relações de poder, assumindo o “lugar” de alguém que pode tomar decisões e, portanto, possui responsabilidade maior. Sendo assim, se o espaço público pertence a todas as pessoas identificadas como cidadãs, mesmo não pertencendo a indivíduo algum como propriedade sua, são os cidadãos que normatizam e definem as relações dentro do mesmo, por meio do exercício da politicidade. Nesta perspectiva os seres humanos começam a se libertar das amarras do “destino” definido pelos mitos. Assim, “A liberdade para ele (Platão) era, em primeiro lugar, a decisão racional e interna da alma humana, fundamentada, em última análise, na ideia do bem, que devia exprimir-se na ordem eterna, isto é, social e política” (Op. Cit. p.43).

Se o campo da política era o lugar da ordem, em vista do bem e da justiça, este ordenamento se fazia por meio da razão, baseada em valores. Aqui podemos situar o fundamento primeiro da moral e da ética. Estes valores definiam o dever-ser e, por sua vez, delimitavam a ideia de direito e de justiça.

Nesta mesma perspectiva da organização da vida em comum nós encontraremos Aristóteles. Para ele, “[...] O cidadão só o é em suas instituições, em seus costumes da vida comum com os outros cidadãos” (Op. Cit. p.61).

A partir desta teoria aristotélica podemos identificar as bases mais específicas da moral. Ela é sempre relacional, com valores institucionalizados, voltados para o bem comum. O problema consiste aqui em compreender o que se define por “comum”. Se nos referirmos ao “senso comum” podemos nos aproximar dos limites de uma visão de mundo definida historicamente pelos que possuem o poder de instituir a “convenção” e institucionalizar os valores. É por isso que Aristóteles, apesar de defender a reta razão como o princípio universal da eticidade, também, assim como Platão, não incluiu nesse mesmo princípio os escravos, os estrangeiros, as mulheres etc.. O universal, para Aristóteles, estava nos limites de sua cultura, portanto, ainda nos limites da moral.

Este é um elemento que deve gerar reflexão crítica em todos nós: até que ponto os princípios que consideramos universais não estariam nos limites de nossa cultura ocidental?

Porém, podemos responder essa questão da seguinte forma: se os princípios correspondem à valores e se estes são produzidos pelos seres humanos, historicamente, nos limites de sua racionalidade, então, mesmo com pretensão de universalidade estes possuem suas

limitações. Contudo, este “universal” não corresponde ao absoluto. Não é incontestável. Busca incluir a diversidade e extrapolar a normatividade convencional de forma irracional, mas não pretende ser inquestionável e irrefutável. Se compreendermos, por exemplo, que todos os seres humanos possuem direito à uma vida digna, saberemos que a fome, a escravidão, a tortura, a violência comprometem esse princípio em qualquer lugar do globo terrestre, para além das especificidades culturais. Se levarmos essa mesma lógica para o campo do gênero ou para o étnico-racial, chegaremos às mesmas conclusões: homens e mulheres; pretos, brancos, pardos e amarelos, tod@s deveriam possuir os mesmos direitos na perspectiva da ética. Contudo, precisamos admitir que, dentro de suas culturas específicas, haverá necessidade de normatizações que se transformam em suas referências morais. Neste sentido, a moral organiza a vida prática de um determinado grupo social, normatizando e “normalizando” ações interindividuais norteadas por valores. Contudo, é a ética, buscando sempre a fundamentação destas ações, que se coloca como questionadora no sentido de não permitir que a justificação moral possa servir de motivação para a injustiça social.

Na filosofia clássica estas duas dimensões estão presentes. Contudo, é a perspectiva da moral tradicional, justificada pelo sujeito universal, compreendido como o ser racional, que se destaca e se afirma. Essa tradição se estende em todo o projeto colonialista.

Semelhanças e diferenças entre ética e moral

O ser humano é produtor e produto dos valores que norteiam sua visão de mundo, determinando, por sua vez, a sua vida prática no campo das relações de poder e da transformação da natureza, de onde nasce a cultura.

Contudo, aqui, para ampliar essa perspectiva das semelhanças e diferenças entre a ética e moral, podemos fazer uma outra afirmação: elas estão sempre relacionadas ao bem e ao mal. Mas como definir estas duas dimensões? Elas seriam ou não completamente relativas? Elas estariam ou não nos limites da subjetividade humana?

Uma catástrofe natural, que produz morte e destruição, pode ser dita como algo ruim, mas não como má. Desse ponto de vista, para compreender o bem e o mal, ligados aos campos da ética e da moral, precisamos estar inserid@s em três dimensões: a consciência, a relação e a intenção.

A partir de Husserl, a própria consciência humana assume um caráter especificamente relacional. Ela é sempre consciência de algo que não é a própria consciência. Contudo, para que

isso aconteça é preciso que haja uma intencionalidade.² Portanto, consciência, relação e intencionalidade constituem condição de possibilidade para que possamos refletir sobre a ética e a moral.

Partindo destes pressupostos podemos afirmar que, quando o ser humano destrói a natureza ele pode ser analisado e julgado eticamente. Afinal, tanto ele quanto os outros seres humanos, com os quais convive, dependem desta para viver.

Portanto, o bem e o mal, do ponto de vista da ética e da moral, se restringem à dimensão humana, inserida no universo das escolhas que, por sua vez, produzem consequências a nível relacional. E neste nível cabe incluir a dimensão da intencionalidade. É o que pode transformar @ outr@ em sujeito ou objeto da ação.

Quando a minha ação já está anteriormente definida por uma intenção, que para atingir um objetivo egocêntrico precisa da relação, então isso já me coloca na condição de um sujeito anti-ético. Afinal, minha intencionalidade pré-determinada fará d@ outr@ um objeto de minha ação, onde a relação se transforma em um meio para se atingir um fim. Portanto, sempre que @ outr@ for objetivad@ a partir de uma intencionalidade, que tem como finalidade última o próprio indivíduo da ação, est@ poderá ser considerad@ anti-étic@.

Por outro lado, quando uma ação é predeterminada por uma normatização, que não exige nenhuma forma de reflexão ou fundamentação, esta pode ser compreendida como estando nos limites da moral.

Então, o que a moral e a ética possuem em comum? Primeiramente, vamos optar por uma rápida distinção entre os conceitos. Para tanto utilizaremos a ideia de que ambos decorrem de um termo comum que se diferencia em sua escrita derivando em três conceitos associados, de certa maneira. Salientamos primeiramente que tanto a ética quanto a moral se associam a ideia de valor, ligado a dimensão de valorar. Os sentidos possíveis seriam, morada, caráter e hábitos. Os dois primeiros derivados do termo grego $\eta\theta\omicron\zeta$ (êthos), quando escrito com “eta” (η) inicial, enquanto que o terceiro, seria decorrente do termo grego $\epsilon\theta\omicron\zeta$ (éthos), quando escrito com épsilon (ϵ) inicial, é traduzido por “hábitos” ou “costumes”. Sendo assim, teríamos êthos associado a ideia de ética, mais identificada com a própria condição essencial humana e o conceito derivado de éthos com a ideia de moral, hábitos, costumes. (FIGUEIREDO, 2008). Neste caso, de uma forma ou de outra, elas possuem em comum a questão da valoração.

Porém, uma outra dimensão, colocam a ética e a moral partindo de um mesmo “lugar”: a consciência. Esta que consiste na condição de possibilidade para a definição de valores, que

² HUSSERL. Conferências de Paris. Lisboa: Edições 70.s/d. p. 28

passam por uma espécie de convenção. Portanto, não se pode falar de ética e moral sem que antes haja um conjunto de valores que sirvam de referências e parâmetros para a sociabilidade.

A diferença é que aquilo que constitui o campo da moral nasce da normatização e institucionalização dos valores convencionados. E após essa convenção não há mais necessidade de reflexão. Por outro lado, o sujeito ético toma os valores morais como referência para a reflexão, exigindo fundamentação e coerência entre as normas culturais e os princípios “universais”³.

Se por um lado a norma moral serve para distinguir e separar, por outro, o princípio ético serve para unir e incluir. Se o *Apartheid* significou uma ação moral imposta por brancos, mantenedores de uma ordem hegemônica que separava e segregava brancos e negros, esta injustiça social histórica só poderia ser superada por reflexões e ações éticas. Se registramos, historicamente, inúmeras guerras com motivações religiosas, podemos ter certeza que a justificativa era moral. Jamais poderia ser ética. Porém, não queremos dizer aqui que a moral é a única motivação ou justificação das guerras, dos conflitos humanitários e de todas as formas de exclusão.

Não podemos nos esquecer das dimensões política, econômica, cultural etc... Contudo, em todas as ações humanas coletivas, podemos encontrar a dimensão de valores justificando as mesmas. É para este elemento que queremos chamar a atenção.

Moral: filha da necessidade

Em primeiro lugar precisamos deixar claro que a moral não produz apenas consequências ruins para a coletividade. Em diversas formas de resistência, nas lutas pela sobrevivência e na tentativa de manter a identidade de um determinado grupo social, a ordem moral se faz necessária. Porém, o que queremos destacar é que, para justificar sistemas de dominação, que passa de um processo de colonização para a colonialidade, faz-se necessário a narrativa moral, como ordenadora da realidade.

Todos os seres humanos sentem a necessidade de habitar um “lugar seguro”. Este lugar não é apenas geográfico, mas principalmente psicológico. Neste contexto, sua tendência “natural” diante do desconhecido é a busca por respostas. Porém, como el@ sabe que a dúvida

³ No campo da ética os princípios são colocados com a pretensão de universalidade, buscando a máxima inclusão.

pode lhe trazer insegurança, em geral, prefere não perguntar. O “mundo” habitado fica mais “seguro” onde reina a certeza. E esta não precisa vir por meio de fundamentação racional ou filosófica. Pode se estabelecer mesmo pelo senso comum. Todas as afirmações dos mitos, das tradições, das culturas, dos costumes, etc., trazem “verdades” que definem uma visão de mundo determinada. É neste contexto que tomamos Deus como masculino, o sagrado como branco, a natureza como algo distinta de nós etc.. Sendo assim, a moral aparece como uma necessidade humana. Afinal, o mundo desordenado é um mundo caótico. E o ser humano não suporta viver no caos. Porém, essa ordem necessária não precisa vir pela igualdade de direitos, pelo respeito à dignidade de todos os seres humanos, pela corresponsabilidade ou pela justiça social. Basta vir pela imposição ou pelo consenso hegemônico. Assim, depois de violentados das mais diversas formas, se os pobres compreendem a pobreza como natural, certamente não irão questionar o fosso que os separam dos ricos. Neste sentido, o acúmulo de capital, será naturalizado dentro de uma perspectiva de meritocracia.

Seguindo esta lógica de raciocínio podemos afirmar que essa “ordem do mundo” consiste em uma construção cultural. E a mesma só se torna possível por meio de valores partilhados coletivamente. Estes valores precisam responder a uma necessidade. Porém, a necessidade pode ser produzida. Afinal, para que milhões de pessoas não morram de fome elas podem se submeter à condições completamente precárias do ponto de vista dos direitos humanos. Por outro lado, a elite hegemônica, diante de sua “necessidade” de poder político e acumulação de capital, impõe aos necessitados os seus limites. Sendo assim, os limites de uma grande maioria seriam impostos por uma minoria diante de necessidades completamente distintas. Contudo, se este pequeno grupo convence uma multidão de pessoas em luta pela sobrevivência de que é melhor um salário que lhes ofereça o mínimo para manter a sua família viva, então a “ordem deste mundo” está estabelecida.

Neste sentido, o que precisa ficar claro é que a ordem de uma realidade social injusta não se mantém apenas por meio da força. A invasão, a agressão, a violência brutal etc., possuem em geral a função de estabelecer o caos. Como afirma Césaire Aimé em suas denúncias: “Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo” (1978, p.26). No entanto, o processo de colonização consiste no primeiro momento. Porém, o segundo é o mais importante: o reordenamento, tendo em vista a colonialidade. É nesta etapa que aparece a necessidade dos valores morais. Lembrando novamente que, para “moralizar” é precisa exigir sacrifícios, normatizar e normalizar. Assim, quando o invadido, o oprimido, o violentado começa a olhar

para o “fundo da caverna”, não encontrando saídas, não tendo mais esperanças, vai aos poucos naturalizando a realidade. É neste contexto que Paulo Freire aborda a questão do “medo da liberdade”. “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la” (1983, p.35). É por isso que todo processo de colonialidade traz consigo uma visão teológica justificadora de valores morais instituídos pelos dominadores. A interpretação da “vontade de Deus” serve de justificção para a dominação. Por outro lado, ajuda como forma de resignação dos oprimidos, que se conformam com esta realidade. Como afirma Tungendhat, “As relações de poder necessitam de revestimento moral” (2003, p.12).

Aqui então podemos distinguir a necessidade da moral em duas perspectivas: no campo hegemônico e na luta pela sobrevivência. É por isso que o mito se transforma em uma mediação fundamental no processo de colonialização. Afinal, a narrativa mítica consegue unir as duas pontas, isto é, as duas necessidades. É neste contexto que Paulo Freire insiste no “desvelamento da realidade”. O que consiste em uma forma de desmitologização. Que, por sua vez, está relacionado a um processo de “desnaturalização”. Somente por este caminho poderia haver reação dos oprimidos inseridos no “mundo ordenado” do opressor. Neste contexto Freire poderia falar também de uma forma de “desmoralização”, isto é, de desconstrução dos valores morais justificadores da opressão.

Ética: filha da razão

Neste tema é fundamental a compreensão de que, sem consciência humana não é possível falar de ética. Afinal, a liberdade de escolha consiste em condição fundamental para o agir ético. E esta, por sua vez, depende da consciência. Neste contexto, a liberdade humana é diferente da liberdade dos outros seres da natureza. A capacidade de voltar-se para si mesmo e determinar a sua própria escolha simboliza uma das dimensões da liberdade. Porém, uma coisa é ter consciência da existência de um valor, que inclui também o campo da moral. Outra coisa é ter consciência de que esse valor precisa ser refletido em busca de fundamentação e de sentido, em função de uma escolha livre. Aqui já adentramos ao campo da ética. Neste sentido, a reflexão se transforma em uma condição fundamental para o agir ético. É por isso que, no campo de “batalha” da luta de classes, estas duas dimensões podem ocupar funções bem distintas. Afinal, se como já afirmamos anteriormente, a moral exige apenas adesão, seu potencial é de produzir passividade. De onde emerge a noção que associa o povo a ideia de

“massa”. Ela pode ganhar forma sendo moldada pelas mãos de quem a manipula. Por outro lado, o exercício da reflexão pode retirar o ser humano dessa condição e colocá-lo em um campo de conflito dialético. Como afirma Freire, “Nenhuma ordem opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: ‘por que?’” (1983, p.87).

É neste contexto que podemos situar uma das dimensões mais importantes da sociabilidade humana, levando em conta o campo da educação: se queremos educar para a humanização não temos outro caminho que não seja pela dimensão da ética, da educação política. Nos limites da moral os seres humanos justificam seu ódio, sua rivalidade e suas formas de violência, colocando em risco pessoas, comunidades, povos e nações.

Neste sentido, não podemos falar em “ética do capitalismo”. Mesmo porque, um sistema que gera rivalidade, desigualdade, injustiça social e incentiva a exploração desenfreada das reservas naturais, como se o lucro estivesse acima de qualquer destruição planetária, jamais pode ser possuidor de uma determinada ética. Pois, não existem “duas éticas” – a do bem e a do mal. A ética não pode ser utilizada como teoria justificadora de contradições. Não pode ignorar as incoerências no campo da racionalidade. Se esta serve apenas aos interesses de um determinado grupo que, para manter seus privilégios, precisa negar a dignidade do outro, não pode ser dita como ética.

A decisão ou atitude moral, que parte da absolutização de valores restritos à determinados grupos, em detrimento das necessidades de outros, pode até ignorar as contradições. Afinal, ela precisa apenas da motivação. Não levando em conta a necessidade de uma reflexão a partir de princípios “universais”.

Neste contexto podemos afirmar que somente a postura ética pode “salvar a humanidade”, pois, além da fundamentação, do sentido e da coerência, ela exige co-responsabilidade no campo das relações, envolvendo, essencialmente, o ser humano e o seu lugar de morada. Destacando que a razão ética está imbricada nas motivações do “coração”. Porém, as “razões do coração” potencializam a reflexão que exige lógica, coerência, enfim, fundamentação, mas também requer amorosidade, solidariedade.

Moral, ética e religião

Associar a moral à religião sempre foi algo muito comum na cultura ocidental. Afinal, são os valores religiosos que definem o perfil e a institucionalidade de uma religião. E estes, por estarem ligados à uma cultura, tradição, costume etc., rementem a ideia de que fazem parte

de uma ordem necessária. E são também tomados como “valores naturais”. O que é uma característica da moral religiosa: naturalizar valores elaborados e propostos pelos seres humanos.

Não é por acaso que a religião está na base de grande parte das guerras e revoluções na história da humanidade. Afinal, alterar a imagem de Deus ou legitimar uma ação humana, a partir de seus desejos de poder, em nome do divino, possui um significado muito forte. A sacralização de uma visão de mundo legitima uma ação coletiva e se transforma em força revolucionária ou reacionária. Nestes dois casos, há sempre um deus⁴ projetado a partir das necessidades humanas. O problema é que, historicamente, na luta de classes, a partir do momento definido como as “grandes descobertas”, o invasor, dominador, sente a necessidade de manter uma ordem opressora para avançar com seus planos, em busca de ampliar seus privilégios. E, mesmo adentrando em terras já habitadas, em nome da civilização, denomina os habitantes da mesma como seres que precisam de humanização e salvação. Portanto, @s invasor@s não reconhecem os valores humanos e religiosos d@s invadid@s. E a partir da negação do outro em sua dignidade, dá início à diversas formas de violência. Assim, podemos concluir que os valores morais religiosos do colonizador estão na base da violência no processo colonialista. Um modelo que se repete em toda história da humanidade, nos mais diversos cenários e nas mais diversificadas culturas. Aliás, como a colonialidade continua presente ainda nos dias de hoje, é possível perceber o mesmo fenômeno: sempre que há imposição de um regime autoritário, excludente e injusto, está presente um discurso com justificativas moralizantes, com roupagem religiosa. Os golpes em curso na América Latina atualmente, neste início do século XXI, possuem a mesma estrutura: discursos moralistas justificando a violência.

É por isso que os neopentecostais aparecem como uma base ideológica indispensável. Atualmente, o contexto político e ideológico presente na Venezuela, no Brasil e na Bolívia, revelam claramente essa realidade. Onde a hegemonia do capitalismo mundial encontra resistência a partir das escolhas livres do povo mais pobre, em países pobres, por meio de eleições populares, a elite busca formas de intervenções autoritárias, legitimadas por movimentos de rua, organizados pela mesma, com apoio da grande mídia. Com isso, busca destituir presidentes eleitos para que outras lideranças possam abrir as “portas” para que o curso da democracia popular venha a ser tomado por uma “democracia” coordenada pelos interesses imperialistas, que possuem o controle da dimensão econômica como sua única motivação. O que nos revela que o conceito de “democracia” precisa ser repensado a partir do contexto atual.

⁴ Esta opção – “d” – tem como finalidade corroborar com a ideia de projeção do sagrado.

Como a nossa cultura trás todas as marcas e as consequências de um processo colonialista dirigido, coordenado e imposto pelos vencedores, precisamos, em primeiro lugar, compreender como os valores morais impostos pela colonização ainda permanecem presentes em nossa “consciência condicionada”, que define a nossa visão de mundo. Nossa ideia de bem e de mal, de bom e de ruim, de certo e de errado etc., não nasce de evidências, mas do senso comum, transformada em verdade. É por isso que aquilo que definimos como “verdadeiro” pode trazer consigo uma grande carga de motivação, por meio de valores morais. Contudo, assim como estes valores não “caem do céu”, nós devemos compreender que, além de produzidos historicamente, eles são potencializados dentro de um processo educativo. Na educação religiosa implementada pelas instituições às famílias pertencentes às mesmas; na relação familiar, transmitindo aos filhos e filhas seus valores tradicionais; nas instituições educativas, reproduzindo os valores cristalizados na sociedade, tendo em vista os enquadramentos de crianças, adolescentes e jovens ao sistema vigente; etc., em todos estes campos educativos encontraremos a presença forte de valores morais, com o poder de “naturalizar” valores humanos, históricos e sociais.

Porém, esta mesma realidade que define um “lugar seguro” para os membros de uma sociedade pode ser interpretada também como reveladora do que poderíamos denominar de “pobreza do espírito humano”. Isto porque, no campo da moral, principalmente nos limites de nossa cultura ocidental, quando se sacraliza um local, um objeto, uma pessoa, etc., ao mesmo tempo se “profaniza” tudo aquilo que se encontra fora do sagrado. Segundo Edgardo Lander,

Uma primeira separação da tradição ocidental é de origem religiosa. Um substrato fundamental das formas particulares do conhecer e do fazer tecnológico da sociedade ocidental é associado por Jan Berting à separação judaico-cristã entre Deus (o sagrado), o homem (o humano) e a natureza (2005, p.09).

Nesta perspectiva é tranquilamente possível defender e vivenciar um valor moral transformando o mesmo em norma universal. Sendo assim, como uma das funções da normatização é a “normalização” e “naturalização” de uma visão de mundo, o valor moral passa a ser parâmetro de exclusão. Na Bíblia, definida como “sagrada” pela cultura cristã, temos um clássico exemplo: a partir do momento que o Deus do Judaísmo assume a característica do monoteísmo, todos os outros deuses são negados; quando esse Deus “escolhe” um povo, todos os outros povos, com culturas diferentes, com rituais diferentes, com outras formas de manifestações religiosas, passam a ser considerados pagãos e idólatras. Sobre estes, portanto,

justificava-se qualquer forma de violência. E uma violência legitimada pela vontade divina, de um Deus absoluto, consiste em uma “violência sagrada”.⁵

Neste contexto é possível compreender diversas cenas promovidas pelo candidato à presidência da República do Brasil, Jair Bolsonaro – no ano de 2018 – se utilizando da retórica dos neopentecostais, dos símbolos religiosos destes, e ao mesmo tempo, junto aos líderes do referido seguimento religioso, fazendo gestos de armas nas mãos. Se a arma simbolizava, por um lado, a violência contra os denominados “não cidadãos” ou “vagabundos” – assim como definidos por eles mesmos –, os símbolos e os discursos religiosos sacralizavam a violência. O pano de fundo, contudo, era a ordem moral.

Este contexto nos revela que a lógica da colonialidade continua em curso. Afinal, se anteriormente o indígena, por não se enquadrar no perfil do “homem civilizado” poderia ser negado em sua dignidade, agora, aquele que não se enquadra no perfil de “cidadão de bem” pode ser também sacrificado sem que o Estado possa ser responsabilizado por isso. A mesma lógica do Império.

Contudo, como podemos definir o perfil daquel@s que poderiam andar com armas nas mãos sem representar um perigo para o Estado liberal? Se não é branco, se não é cristão, se não trabalha, se não possui propriedade, etc., já é considerado suspeito. Mas além disso, todos aqueles que defendem princípios universalizantes, colocando a dignidade humana como referência para denúncias contra injustiças, também passaram a ser considerados perigosos para a ordem moral. Por isso, @s defensor@s dos Direitos Humanos foram e continuam sendo criminalizad@s no Brasil. Aliás, tod@s @s que defendem a inclusão e o respeito à diversidade são considerad@s “marginais”. Estariam às “margens”, do “lado de fora” dos limites pré-definidos como ordenadores.

Nesta perspectiva aprendemos que a “ordem” possibilita segurança. E esta somente poderá ser garantida pela moral. Que, por sua vez, oferece um mundo ainda mais seguro se for através da sacralização de verdades afirmadas pela religião.

Como separar nossas verdades – ligadas ao campo religioso – de nossas crenças? E como separar nossas crenças, das motivações ligadas aos valores morais ou éticos? Além disso, como definir as diferenças e consequências destes dois campos no que se refere à religião?

Como o contexto anterior explicita o papel da moral no campo religioso, servindo de base para as relações de poder, favorecendo o projeto colonial, sempre em curso na

⁵ Sobre este assunto cfr. René. A Violência e o Sagrado, São Paulo: Ed. UNESP & Paz e Terra, 1990. (Trad. Martha Conceição Gambini).

humanidade, precisamos destacar o papel da ética, como a antítese necessária para o equilíbrio das forças no campo de batalha das lutas de classe.

Ética, religião e libertação

Quando adentramos ao campo da religião nos inserimos, necessariamente, em uma dimensão de valores que norteiam as nossas ações e relações. A forma com que nos relacionamos com @s outr@s, com a natureza e com os seres espirituais é definida, em primeiro plano, pelos valores morais. Contudo, na medida que vamos ganhando autonomia, nos tornamos capazes de ir em busca de nossa própria emancipação. Porém, a autonomia no campo dos valores pressupõe a capacidade de reflexão sobre a moral herdada e, em geral, “naturalizada”. Neste sentido, o movimento para a ética consiste em uma saída da menoridade em busca de autonomia. Não apenas orientado pela subjetividade individual, mas por princípios que levam em conta a dimensão amorosa, racional e relacional. Portanto, se a normatização depende apenas de uma convenção, a ética busca extrapolar estes limites pré-determinados. Como afirma Manfredo A. de Oliveira, referindo-se à Kant, “trata-se não mais do estabelecimento de normas, mas antes do princípio de validade das normas de nossas ações. A questão básica passa a ser, de agora em diante, a justificação da normatividade de nossas ações” (1993, p.27).

Portanto, a partir desta afirmação podemos compreender que o campo da ética, diferentemente da moral, exige reflexão, fundamentação, sentido. Quando o ser humano possui condições de cruzar a norma moral com um princípio universal ele já possui capacidade para a sua emancipação, saindo da “menoridade”.

Mas, como podemos relacionar a fé, que geralmente herdamos das nossas tradições, à razão em seu sentido amplo, que exige fundamentação? Aqui chegamos no elemento crucial de distinção entre a moral e a ética. Se a moral exige apenas adesão e reprodução de valores norteadores das nossas ações, por outro lado a ética exige que a dimensão valorativa que normatiza as minhas relações seja analisada. Nesse contexto, a referência não é o bem ou o bom pré-determinado, mas os benefícios e malefícios a partir das consequências das escolhas que convém fazer. E isso tem como base um “dever ser”.

Portanto, uma ação ética implica em reflexão e dela decorre. A eticidade depende da intencionalidade, que toma como base a busca do bem universal, mas que não ignora o contexto da realidade histórica e local. Portanto, uma ação que pode trazer benefícios em uma determinada situação poderia ser prejudicial em outra. Por outro lado, o que não pode mudar é

a intencionalidade de fazer o bem e os princípios que deverão nortear a reflexão. Estes deverão ganhar status de universalidade.

É por isso que a ética se enquadra no campo da dialética tradicionalmente conhecida como alternância de tese, antítese e síntese. A norma moral seria a tese afirmada; a reflexão busca a antítese, refletindo sobre a normatização; a síntese fica por conta do sentido e da coerência. Assim, entre o que a moral afirma como algo pré-determinado e a ação, propriamente dita, encontra-se o processo de reflexão, que coloca o indivíduo na condição de ser autônomo e livre, diante de uma escolha consciente e responsável pela mesma.

Mas isso tem a ver com a religião? No campo religioso, numa perspectiva crítica, o indivíduo ético não aceita que suas ações sejam pré-determinadas pela normatização antecipada. Até mesmo o que é tido como “vontade de Deus” precisa ser refletido livremente. E, neste contexto uma questão é fundamental: no campo da ética o ser humano age tendo em vista fazer o bem. A referência fundamental é o ser humano. Um dos grandes perigos da ação moral é que ela pode ser justificada pela falsa vontade divina, enquanto na verdade não passa de vontade humana, dentro dos limites de um fundamentalismo excludente. Por outro lado, o ponto de referência de uma ação ética é sempre a dimensão humana. Mística e ética se entrecruzam. Contudo, nenhum ser humano poderia se auto-definir como ético. Afinal, a ética se define após a intencionalidade, a escolha livre, a reflexão, a ação e as consequências. O único elemento pré-dado no campo da ética é o “dever ser”. Devo ser bom, justo, coerente etc.. Mas, entre o que eu devo ser e o que eu realmente sou, estão as minhas escolhas, que definem as minhas relações e minhas ações que, por sua vez, não podem ser pré-determinadas pelas normas ou pelo costume.

Portanto, afirmar que a ética é teórica e a moral é prática, consiste em criar um problema epistemológico para a distinção entre estas duas dimensões. Tanto uma quanto a outra habitam nossa subjetividade e nossa praticidade. A questão é que a ética exige reflexão associada a ação, enquanto a moral exige apenas adesão. Algo que faz uma grande diferença. No campo em que não há reflexão, o “crente” pode ser chamado de “fiel”. @ líder religiosos@ pode ser chamad@ de “pastor(@)” onde, por consequência, seus seguidores serão considerados “ovelhas” – mansas e passivas. A mansidão e passividade d@s seguidor@s no campo da moral tem como consequência a falta de reflexão, que possibilitaria subalternidade na ação.

É neste contexto que o neo-pentecostalismo está construindo seu império. Tanto dentro do catolicismo, quanto do protestantismo. Os denominados evangélicos neo-pentecostais representam, com clareza, este problema. Se tudo é determinado pela ‘vontade de Deus’ e se

este Deus habita os limites da subjetividade individual, a religião oferece um substrato determinante para as relações de poder, favorecendo a hegemonia imperialista. Basta que @ líder religios@ defina o que seria “vontade divina” e ele já teria nas mãos uma condicionante concreta interferindo no campo da política. Isso vem ocorrendo claramente na América Latina no século XXI. E as catastróficas consequências desta realidade em curso é o aumento das rivalidades, a justificação das diversas formas de violência, tendo como base a clássica separação entre o “sagrado e o profano”. Neste contexto, todos os movimentos de esquerda passaram a ser diabolizados, tomados como profanadores da “ordem sagrada”, justificando as agressividades sobre os mesmos. @s invadid@s e escravizad@s não são @s mesm@s de ontem. Mas a lógica colonialista, com a “invasão” pela colonialidade e a escravidão pela estratificação social, continua. E o mais significativo neste nosso contexto: a religião ocupando os mesmos papéis, tanto fomentando a pacificação quanto a rebelião.

Por fim, queremos destacar a importância e o papel da ética na religião. Enquanto a moral exclui, em nome de Deus, do sagrado e da norma, a ética busca incluir, em nome de princípios humanos. Neste sentido, há espaço para o diálogo no campo da diversidade. Porém, o mais importante: como a ética exige reflexão ela possibilita aos oprimidos e dominados perceberem o sistema de opressão e dominação que os envolvem. Sendo assim, o denominado “crente”, deixa de assumir a condição simbólica de “fiel” e “ovelha”. El@ não pode ser “pastoread@” e sua fidelidade não é pré-determinada por valores normatizados. Neste sentido abre-se espaço para o diálogo no campo religioso, para a autonomia e emancipação. Portanto, a ética na religião favorece as lutas pela libertação. Afinal, @s que, em geral, são excluíd@s pelo discurso moral em busca da ordem, são acolhid@s pelo discurso ético em busca da justiça. Por consequência, a teoria moral gera imposição. A teoria ética gera práxis. O método impositivo favorece o dominador. O método reflexivo favorece o processo de libertação.

Considerações finais

Apesar de todos os avanços tecnológicos e científicos, com grande produção teórica no campo das ciências humanas, podemos perceber o quanto estamos desprovid@s de conteúdos que nos possibilitem pensar e debater sobre a ética e a moral conectadas ao nosso cotidiano. Em geral, misturamos e confundimos estes dois campos, com ideias que se transformaram em senso comum. Este foi o nosso propósito com este ensaio: oferecer uma reflexão que possibilite maior compreensão e fundamentação na distinção entre a moral e a ética, buscando entender as

consequências destas duas dimensões nas relações de poder que definem a sociabilidade humana.

Carecemos garantir uma morada na qual as relações amorosas, o diálogo seja possível realmente. Afinal, através da convivialidade podemos tecer lugares compartilhados nos quais tecemos o mundo melhor que desejamos. Ethos e oikos se encontram e nos possibilitam o deve ser mais.

Podemos concluir que grande parte das nossas ações são definidas por motivações e estas são direcionadas pelos valores morais que delimitam a nossa leitura de mundo. Porém, está delimitação que se transforma em referência cultural costuma normatizar, normalizar e naturalizar tradições que definem nossas relações. O que está fora do nosso “universo” partilhado entre os “iguais” costuma ser tomado como um risco para a ordem estabelecida. Portanto, podemos constatar que, historicamente, buscamos nos proteger pela moral. Contudo, é nesta busca de proteção que geralmente negamos o diálogo com a diversidade, excluindo ou justificando nossa agressão ao diferente. Somente a perspectiva ética pode proporcionar uma relação de alteridade, tomando como referência princípios que proporcionem a inclusão e a superação das rivalidades que comprometem o processo de humanização. Aliás, pelo que refletimos neste texto, podemos concluir que somente a postura ética poderá evitar o avanço das desigualdades sociais e a destruição do nosso planeta.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. EDPUCRS, 1997. (Coleção: Filosofia, nº 48).

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1978. (Introdução e Tradução: Newton Aquiles Von Zuben).

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Ed. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1978. (Trad. Noémia de Sousa).

DUSSEL, Henrique. **Ética da Libertação – Na idade da Globalização e da exclusão**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. (Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M.E. Orth).

DUSSEL, Henrique D. **Filosofia da Libertação**. São Paulo, Ed. Loyola, 1977

FIGUEIREDO, Antônio Macena. **Ética: origens e distinção da moral . Em: Saúde, Ética & Justiça**. 2008. http://www2.fm.usp.br/gdc/docs/iof_83_1-9_etica_e_moral.pdf.

FIGUEIREDO, João Batista Albuquerque. **Educação ambiental dialógica – As contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina**. Fortaleza: Ed. UFC. 2007.

FIGUEIREDO, João Batista Albuquerque. **Educação Ambiental Dialógica e Colonialidade da Natureza Ambiental**. In: Adelaide Alves dias; Charliton José dos Santos Machado; Maria Lúcia da Silva Nunes. Educação, direitos humanos e inclusão social: currículo, formação docente e diversidade sociocultural. João Pessoa – Pb: Editora Universitária da UFPB, 2009a.

FIGUEIREDO, João Batista Albuquerque. **Pedagogia Eco-Relacional e Formação Docente: Possibilidade para superação de Processos Educativos Subalternizantes**. Anais do 19º. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste - EPENN, 2009, João Pessoa - Pb: Editora Universitária da UFPB, 2009b.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Trad. Adriana Lopes). (Col. Educação e comunicação. Vol.18)

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**, São Paulo: Ed. UNESP & Paz e Terra, 1990. (Trad. Martha Conceição Gambini).

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, 2. ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012, 1. v. Tradução de: Flavio Beno Siebeneichler.

HUSSERL. **Conferências de Paris**. Lisboa: Edições 70.s/d

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In. **A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2005. (Col. Sur Sur).

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós: Ensaio Sobre a Alteridade**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1991. (Trad. Pergentino Stefano Pivatto).

MIGNOLO, Walter D. O Lado Escuro da Colonialidade. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 32, Nº 94. 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Sociabilidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. (Col. Filosofia, nº23).

Papa Francisco. Carta Encíclica **Laudato Si – Sobre o cuidado comum**, Ed. Libreria Editrice Vaticano, 2015.

QUIJANO, Anibal. **A Colonialidade do Poder**. Buenos Aires, CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. 2005. Fonte. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologia do sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

TUGENDHAT, Ernest. *Lições Sobre Ética*. Petrópolis, 5ª edição, Ed. Vozes, 2003.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

TOLOVI, Carlos Alberto; FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. A Moral e a Ética nas Relações de Poder. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 488-508. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 19/03/2020;

Aceito: 26/03/2020